Direito

Estado de exceção como regra: um estudo a partir de Giorgio Agamben

Arthur Phillipe Milanez Santa Cecília - 5º módulo de Direito, UFLA, iniciação científica voluntária.

Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz - Orientadora DIR, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

O projeto almeja discutir a origem do fenômeno político na sua imbricação com o Direito, sob a ótica da ruptura da ordem jurídica. Assim sendo, a pesquisa busca analisar o ponto de vista das críticas tecidas ao Direito de maneira que seja lícito compreender as tensões existentes no modelo democrático atual de forma que seja possível repensá-lo e reconfigurá-lo de uma maneira mais inclusiva e justa. Do ponto de vista do jurídico, o estado de direito, de maneira bastante genérica, é marcado pelo do império da lei. Todavia, diversos filósofos do ramo político, entre eles o italiano Giorgio Agamben, argumentam que tal modelo organizacional não tem se concretizado na realidade. Desse modo, o Estado de exceção, que teoricamente se funda como um dispositivo provisório, torna-se a norma. Considerando esse pensamento, foi objetivo da investigação compreender o conceito de Estado de exceção para o filósofo Giorgio Agamben e sua manifestação na contemporaneidade. Desse modo, tendo-se a ideia de "longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal" (AGAMBEN, 2004, p. 48) é notório que a dicotomia aplicação-suspensão não é suficiente para abordar questões acerca do papel estrutural do direito nas sociedades conterrâneas (SAFATLE, 2008; SELIGMANN-SILVA, 2007). Percebe-se, portanto, que o pensamento agambiano sustenta que o aspecto normativo do direito pode ser impunemente eliminado e constatado através de uma violência governamental que, ignorando no âmbito externo o direito internacional e produzindo internamente um estado de exceção permanente, pretende, entretanto, alcançar a aplicação do direito. Essa máquina, que opera por meio de um centro vazio, sendo o raciocínio do filósofo, rege o poder quase sem interrupção desde a Primeira Guerra Mundial (AGAMBEN, 2004). Esses acontecimentos podem constatados no Brasil contemporâneo por meio de uma governança pautada na "[...] hipertrofia (supostamente excepcional) do executivo e uma erosão do legislativo, como meio de neutralização do perigo via regulamentação [...]" (GIACOIA JÚNIOR, 2008, p. 297). Nessa hipótese, tem-se como exemplo a Medida Provisória nº 746 de 2016, responsável pela reformulação do Ensino Médio no país, desprovida de urgência, requisitos apresentados no artigo 62 da Constituição Federal de 1988 para esse dispositivo legislativo.

Palavras-Chave: Estado de exceção, Regra, Giorgio Agamben.

Link do pitch: <https://youtu.be/Cab2AS64AE4>